

# Sarney não irá à TV

O presidente Sarney, em hipótese alguma falará através de uma rede nacional de TV e rádio, nesse próximo fim de semana, para advertir a Constituinte dos malefícios orçamentários que a nova Carta causará ao tesouro, com a incorporação de emendas de cunho distributivista no campo social, mas sem os meios correspondentes de geração de receita. O que o Presidente da República fará, a partir de amanhã, após receber de seus ministros da área econômica a verdade dos números orçamentários, é dar acesso a essas rubricas aos líderes da Constituinte, para que reflitam sobre a inexistência de se atender a tantas concessões de efeito progressista, como as duas anistias (a fiscal e a bancária) e a extensão da Previdência Social aos não contribuintes do sistema.

Age dessa forma o Presidente da República para não se omitir e resguardar para o futuro sua cota de responsabilidade no momento em que são adotadas tão graves decisões para beneficiar a sociedade. Mas o Sr. José Sarney não irá utilizar os canais de massa para se comunicar com os constituintes, pois sendo ele próprio um ex-parlamentar, conhecedor da natureza sensível do Congresso, sabe que não deve emitir uma fala pública de advertência, mas sim uma nota endereçada à reflexão de seus antigos pares.

Sendo assim, a numerologia que está sendo levantada pelos ministros João Batista de Abreu e Paulo César Ximenes, com pra-

zo de entrega ao Presidente da República até amanhã, será posta à disposição dos dirigentes da Constituinte, num gesto presidencial de co-partilhamento de suas informações. É lógico que o Executivo, com seus sistemas de processamento de dados, bancos de dados com informações atualizadas em todos os campos da administração econômica, pode levantar com mais rigor as rubricas do Tesouro que serão afetadas pelas anistias fiscal e bancária, do que o Poder Legislativo, cuja competência é léxica, desprovido de um arsenal informativo lógico.

O Governo dará conhecimento à Constituinte daquilo que o preocupa, na certeza de que redigir uma Constituição não é o mesmo que escrever um convite para festa paga pelos outros. Todos pagarão a conta, incluindo aí o constituinte de hoje, que pagará imposto de renda amanhã. Infidelidade não deverá ser imputada aos números a serem exibidos pelo Presidente da República, uma vez que a fonte de informação que os está gerando — os computadores do Estado — são públicos e insuscetíveis de manipulação. Trata-se, no caso, de bilhões de cruzados — para ser preciso, Cz\$ 1.443 bilhões — a soma final que o Presidente da República revelará, como rombo previsível, no mínimo, pelas anistias que têm razões para crer não terem sido proclamadas pelo rigor técnico, deficiência que agora quer suprir com o fornecimento desses dados assustadores.